

FHC arma tática para convencer parlamentares

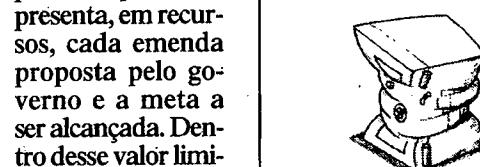
Pedro Parente e Paulo Paiva preparam planilha detalhada sobre metas do pacote para negociadores do governo no Congresso com objetivo de dar transparência às discussões das medidas

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA - O governo já traçou uma estratégia para tentar convencer deputados e senadores a aprovar as medidas do ajuste fiscal que pretendem garantir uma economia de R\$ 28 bilhões aos cofres públicos. A idéia do presidente Fernando Henrique Cardoso é ressuscitar um projeto feito quando ele era ministro da Fazenda de Itamar Franco e responsável pela aprovação da URV, que deu origem ao real, em meados de 94. Todos os negociadores do governo no Congresso devem ter em mãos uma planilha detalhada explicando quanto representa, em recursos, cada emenda proposta pelo governo e a meta a ser alcançada. Dentro desse valor limitado, que será apresentado a quem quiser conhecer e analisar os dados, os governistas poderiam negociar.

A planilha a ser mostrada aos parlamentares está sendo preparada, por determinação do presidente ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Eduardo Graeff, pelo secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, e pelo ministro do Planejamento, Paulo Paiva. Fernando Henrique quer esses dados prontos na semana que vem para dar transparência às discussões do ajuste no Congresso. Ele está convencido que esse processo dará mais clareza ao processo de negociação com os parlamentares.

Assessores do presidente lembram que essa proposta será uma espécie de reedição do plano de estabilização, com a criação da



**QUESTÃO
DA CPMF FICA
PARA DEPOIS
DO DIA 17**

URV, que recordam ter sido uma experiência bem-sucedida.

“Isso funcionou muito bem”, recordou o presidente. Com os dados todos à disposição, ficava claro para o deputado ou senador que, se não concordasse, por exemplo, com uma determinada alíquota de imposto, teria de encontrar outra fonte de renda para cobrir aquela diferença que gostaria de tirar. Assim, defendem os governistas, todos teriam uma visão de conjunto e saberiam como negociar os valores sem perder o objetivo principal, que é cortar os R\$ 28 bilhões. A área técnica do governo entrega as planilhas aos articuladores do Planalto no início da semana que vem.

A partir de terça ou quarta-feira, o governo espera começar a votar um conjunto de MPs ainda relacionadas com a reforma da Previdência que fazem parte do ajuste. O aumento da alíquota da CPMF deverá ficar para depois do dia 17 de novembro.

O governo quer evitar ainda o que ocorreu na votação dos três últimos destaques da Previdência, quando os ruralistas exigiram a renegociação de suas dívidas. A renegociação havia sido acertada muito antes das eleições e a área econômica, congestionada com a preparação do ajuste, esqueceu-se do assunto e acabou criando um problema para o Planalto, ao deixar transparecer que estava reiniciando uma negociação em troca de votos.

O Planalto quer impedir que “mancadas” como essa sejam repetidas para evitar novos constrangimentos para o governo, que gostaria de já ter apagado essa imagem.